

TENTOS S.A. CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

BR 285, KM 461,5, SALA A, FUNDOS – IJUÍ/RS

CNPJ: 41.498.340/0001-71

Demonstrações Contábeis em 30 de junho de 2024**Demonstrativos compreendidos:**

- Relatório da Administração;
- Relatório dos Auditores Independentes;
- Balanço Patrimonial;
- Demonstração do Resultado do Exercício;
- Demonstração do Resultado Abrangente;
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido;
- Demonstração de Fluxo de Caixa;
- Notas Explicativas;

Demonstrações divulgadas no site: <https://www.tentoscap.com.br> em 29/08/2024

A Diretoria da TentosCap declara a veracidade e consistência das informações contidas nos demonstrativos elencados.

Luiz Pedro Utzig Dumoncel

Diretor Executivo

Marcelo Dumoncel Tagliari

Diretor de Gestão de Riscos

Paulo Eduardo Pereira

CRC 030018/O-3

Demonstrações Financeiras

Primeiro Semestre

Exercício 2024



tentoscap

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A Tentos S.A. Crédito, Financiamento e Investimento ("TentosCap"), em cumprimento às disposições legais e estatutárias determinadas na Lei 6.404/76, tem prazer em divulgar as Demonstrações Financeiras acompanhadas das Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes relativas ao primeiro semestre de 2024, findo em 30 de junho de 2024.

DESTAQUES COMERCIAIS, OPERACIONAIS E SOCIETÁRIOS

Impactos Climáticos

Ao revisar a carteira de clientes, constatou-se que aqueles localizados nas regiões Sul e Sudeste do Rio Grande do Sul foram os mais impactados pelas enchentes devastadoras que atingiram o estado em maio. Esse cenário levou a instituição a intensificar o acompanhamento e o suporte a esses clientes, com o objetivo de mitigar os efeitos dos eventos e garantir uma assistência eficaz durante a recuperação.

Ambiente Regulatório

Ao longo do semestre, deu-se início à implementação do plano de adequação à Resolução 4.966/21. Esse processo incluiu a disseminação interna sobre as novas diretrizes, a revisão e ajuste das políticas internas, a realização de um estudo de impacto detalhado e a atualização do plano Cosif. Essas ações visam assegurar a conformidade com a resolução e otimizar os procedimentos internos da instituição.

Governança

Durante esse período, foi realizada a eleição de um novo Diretor para o cargo de Diretor Financeiro e de Operações, enquanto o antigo Diretor Financeiro e de Operações assumiu a recém-criada posição de Diretor Executivo. Além disso, os demais diretores foram reeleitos, resultando em uma nova composição da representação da instituição, que passou a contar com um total de seis diretores.

Integralização de Capital

Na metade do semestre, foram integralizados os R\$ 17,5 milhões de capital, cuja aprovação pelo Banco Central havia sido concedida no semestre anterior. Com essa integralização, a instituição alcançou um capital social total de R\$ 50 milhões.

Expansão de Mercado

Além das mudanças na estrutura de governança, houve o fortalecimento comercial, acompanhado pela definição de novas estratégias e pelo início das operações em novas regiões, incluindo o Mato Grosso. Essas ações visam expandir a presença da instituição no mercado e aproveitar novas oportunidades de crescimento.

DESTAQUES FINANCEIROS

Receitas da Intermediação Financeira

As receitas da intermediação financeira representam o resultado operacional bruto da receita obtida pela instituição com suas operações de crédito, títulos e valores mobiliários. Durante este período, as receitas alcançaram R\$ 14,6 milhões, comparadas a R\$ 7,5 milhões no mesmo período de 2023, refletindo um crescimento de 94,7%.

Despesas da Intermediação Financeira

As despesas relacionadas à atividade de intermediação financeira também aumentaram, saindo de R\$ 3,9 milhões no primeiro semestre de 2023 para R\$ 5,5 milhões. Esse aumento é principalmente atribuído ao incremento das operações de captação no mercado, e da provisão para perdas associadas ao risco de crédito.

Resultado Operacional

O resultado bruto da intermediação financeira da instituição aumentou 150,3% em relação ao mesmo período do ano passado, passando de R\$ 3,6 milhões para R\$ 9 milhões. Além disso, o resultado operacional líquido também cresceu, subindo de R\$ 0,5 milhões para R\$ 1 milhão.

Ativo

Em comparação com o mesmo período do ano anterior, o saldo total do ativo da TentosCap aumentou em 56,2%. Esse crescimento decorre, em parte, da injeção de capital realizada por sua controladora, porém, principalmente, decorre do aumento de carteira apurado pelas operações de crédito, que saiu de R\$ 71,7 milhões e foi para R\$ 129 milhões.

Passivo

Em referência ao mesmo período do ano anterior, verificou-se o aumento do passivo, relacionado, em grande escala com o aumento de captações formadas por Letras de Crédito do Agronegócio (LCA), títulos isentos de imposto de renda para pessoa física e utilizados para financiar a atividade agropecuária.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Ao refletir sobre o passado, é evidente o progresso e o crescimento que já alcançamos. No entanto, é voltado para o futuro que nossa instituição continua a se dedicar a gerar valor para o grupo, clientes e sócios. Apesar dos desafios impostos pelas condições climáticas adversas que impactaram as safras, a TentosCap permanece comprometida com o planejamento, estratégias e expansão, com um foco contínuo em oferecer soluções mais lucrativas.

Além disso, reiteramos nosso compromisso com a solidariedade em meio às dificuldades causadas pelas chuvas e expressamos nossa profunda gratidão a todos os colaboradores que se envolveram em ações voluntárias e dedicaram esforços para apoiar as famílias, produtores e empresas afetadas.

Ijuí/RS, 29 de agosto de 2024.

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES
SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Aos administradores e acionistas da **TENTOS S.A. CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO – TENTOSCAP.**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **Tentos S.A. Crédito, Financiamento e Investimento – Tentos Cap**, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2024, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Tentos S.A. Crédito, Financiamento e Investimento – Tentos Cap, em 30 de junho de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Financeira, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do período corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação de nossa opinião sobre as demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

A descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentada no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de risco de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar dos assuntos abaixo, fornecem a base para a nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Financeira.

Operações de crédito e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Conforme divulgado na nota explicativa nº 6 às demonstrações financeiras, em 30 de junho de 2024, o saldo bruto de operações de crédito é de R\$ 129.046 (cento e vinte e nove milhões quarenta e seis mil reais), para o qual foram constituídas provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito de R\$ 3.868 (três milhões oitocentos e sessenta e oito mil reais), sendo que durante o período foram reconhecidas receitas com operações de crédito no montante de R\$ 13.621 (treze milhões seiscentos e vinte e um mil reais). A Administração exerce julgamento para fins da determinação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito de acordo com o determinado pela Resolução 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional (CMN).

Consideramos este como um dos principais assuntos de auditoria em função: (i) da relevância do saldo de operações de crédito, sujeitas à avaliação de perda; (ii) das garantias recebidas para as operações de crédito concedidas, que podem impactar o nível de provisionamento a ser considerado; (iii) da situação econômica do País e do mercado em que os tomadores de crédito estão inseridos; (iv) do julgamento da Administração em relação à atribuição de “ratings” que determinam o nível de provisão mínimo individual por operação, tomador de crédito ou grupo econômico; e (v) do processo de reconhecimento da receita de juros com as operações de crédito.

Como nossa auditoria conduziu o assunto:

Nossos procedimentos de auditoria abordaram entre outros, o entendimento do processo estabelecido pela Administração, bem como a realização de testes de controles relacionados com: (i) a origem das operações; (ii) a análise e aprovação de operações de crédito considerando os níveis de alçadas estabelecidas; (iii) atribuição de níveis de “rating” por operação, tomador de crédito ou grupo econômico; (iv) análise de garantias recebidas; (v) atualização tempestiva de informações dos tomadores de crédito; (vi) reconhecimento de receitas de juros de operações em curso normal e (vii) suspensão do reconhecimento de receita sobre operações de crédito vencidas há mais de 59 dias.

Nossos testes do desenho e da operação dos controles forneceram uma base para que pudéssemos continuar com a natureza, época e extensão planejadas de nossos procedimentos substantivos de auditoria, os quais foram realizados sobre uma amostra de operações de crédito

onde efetuamos (i) a análise da documentação que consubstancia a avaliação qualitativa da Financeira na determinação do risco de crédito para os itens selecionados, (ii) o recálculo do saldo devedor em aberto e da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito com base nos “ratings” atribuídos e (iii) a confirmação de saldo diretamente com os tomadores de crédito selecionados.

Adicionalmente, procedemos testes de soma para confronto do total da base de dados com os registros contábeis e recálculo do total da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, com base nos “ratings” atribuídos, bem como a avaliação dos critérios prudenciais estabelecidos pela Administração da Financeira para constituição de provisão de perda esperada adicional ao mínimo estabelecido pela Resolução 2.682/99 do CMN.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Instituição Financeira continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Financeira ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Financeira são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar dentro de uma perspectiva razoável as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Financeira.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso pela administração da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Financeira. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Financeira a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Erechim (RS), 29 de agosto de 2024.

Allianssa Auditores Associados S.S.
CRC RS 004627/O / CVM BCB 11.134
Luciana Todero Perin
CRC RS 068404/O-9

BALANÇO PATRIMONIAL
30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023

(valores expressos em milhares de reais)

Ativo	Nota	30/06/2024	31/12/2023
Circulante			
Disponibilidade	4	1.615	396
Títulos e valores mobiliários	5	15.206	17.968
Operações de crédito	6	111.871	98.780
Operações de crédito		115.320	102.652
(-) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		(3.449)	(3.872)
Ativo não financeiro mantido para venda	7	1.260	913
Outros Ativos		176	121
Partes relacionadas	13	-	204
Total ativo circulante		130.128	118.382
Não circulante			
Operações de crédito	6	13.307	9.239
Operações de crédito		13.726	10.046
(-) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		(419)	(807)
Impostos diferidos	16	1.731	1.774
Imobilizado	8	596	420
Intangível	9	1.034	784
Direito de uso em arrendamentos	10	96	285
Total ativo não circulante		16.764	12.502
Total ativo		146.892	130.884

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

BALANÇO PATRIMONIAL
30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023

(valores expressos em milhares de reais)

Passivo	Nota	30/06/2024	31/12/2023
Circulante			
Depósitos			
Depósitos a prazo			
Depósitos interfinanceiros			
Outros passivos			
Obrigações fiscais			
Obrigações sociais e trabalhistas			
Outros passivos			
Partes relacionadas			
Direito de uso em arrendamentos			
Total passivo circulante		86.348	84.509
Não circulante			
Depósitos			
Depósitos a prazo			
Total passivo não circulante		8.641	13.001
Patrimônio líquido			
Capital social			
Reservas de lucros			
Lucros (prejuízos) acumulados			
Total patrimônio líquido		51.903	33.374
Total passivo		146.892	130.884

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

30 de junho de 2024 e 2023

(valores expressos em milhares de reais)

	Nota	30/06/2024	30/06/2023
Receita da Intermediação financeira		14.558	7.526
Receita operações de crédito	6.8	13.621	7.148
Resultado com operações títulos e valores mobiliários		937	378
Despesas da intermediação financeira		(5.549)	(3.892)
Operações de captação no mercado		(4.905)	(3.139)
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		(644)	(753)
Resultado bruto da intermediação financeira		9.009	3.634
Outras receitas (despesas) operacionais	15	(6.701)	(2.372)
Receita de prestação de serviços		1.371	856
Despesas administrativas		(5.821)	(1.770)
Despesas com pessoal		(1.185)	(852)
Despesas tributárias		(566)	(287)
Outras receitas (despesas) operacionais		(500)	(319)
Resultado operacional		2.308	1.262
Resultado antes da tributação sobre o lucro		2.308	1.262
Imposto de renda e contribuição social	16	(1.236)	(792)
Diferido	16	(43)	-
Lucro líquido do período		1.029	470
Lucro líquido por ação		0,02058	0,03133

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE**30 de junho de 2024 e 2023**

(valores expressos em milhares de reais)

	Nota	30/06/2024	30/06/2023
Lucro líquido do período		1.029	470
Outros resultados abrangentes		-	-
Total dos resultados abrangentes		1.029	470

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

30 de junho de 2024 e 2023

(valores expressos em milhares de reais)

	Reservas de lucros					Total
	Capital Social	Reservas Legal	Reserva Estatutária	Reservas Especiais de Lucros	Lucros (prejuízos) Acumulados	
Saldos em 01/01/2023	15.000	16	232	1.078	-	16.326
Integralização de capital	-	-	-	-	-	-
Lucro (prejuízo) do período	-	-	-	-	470	470
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	(150)	-	(150)
Saldo em 30/06/2023	15.000	16	232	928	470	16.646
Integralização de capital	17.500	-	-	-	-	17.500
Lucro (prejuízo) do período	-	-	-	-	(772)	(772)
Compensação de prejuízo	-	(16)	-	-	16	-
Saldo em 31/12/2023	32.500	-	232	928	(286)	33.374
Integralização de capital	17.500	-	-	-	-	17.500
Lucro (prejuízo) do período	-	-	-	-	1.029	1.029
Saldo em 30/06/2024	50.000	-	232	928	743	51.903

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

30 de junho de 2024 e 2023

(valores expressos em milhares de reais)

	<u>30/06/2024</u>	<u>30/06/2023</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do período	1.029	470
Ajustes para reconciliar o lucro líquido com o caixa gerado nas atividades operacionais		
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	644	750
Amortização direito de uso em arrendamento	192	-
Ajuste a valor presente de passivo de arrendamento	16	-
Ajustes por depreciação de ativos	59	19
(Aumento) Redução em ativos operacionais		
Operações de crédito	(17.803)	(16.043)
Ativo não financeiro mantido para venda	(347)	(480)
Outros ativos	(55)	300
Partes relacionadas	204	-
Impostos diferidos	43	-
Aumento (Redução) em passivos operacionais		
Obrigações fiscais	73	408
Obrigações sociais e trabalhistas	(200)	(177)
Outros passivos	101	(63)
Partes relacionadas	4.177	565
Caixa líquido gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais:	(11.867)	(14.251)
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisições de ativos imobilizados	(235)	-
Aquisições de ativos intangíveis	(250)	(295)
Caixa líquido gerado pelas (utilizado nas) atividades de investimento:	(485)	(295)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Aumento de capital	17.500	-
Depósitos	(6.484)	35.564
Pagamento de arrendamentos	(207)	-
Juros sobre capital próprio	-	(150)
Caixa líquido gerado pelas (utilizado nas) atividades de financiamento:	10.809	35.414
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	(1.543)	20.868
Modificação na posição financeira		
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	18.364	1.748
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	16.821	22.616
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	(1.543)	20.868

As notas explicativas são partes integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

30 de junho de 2024 e 2023

*Exceto Balanço em 30 de junho 2024 e dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

1. Contexto operacional

Em 26 de janeiro de 2021, por meio de Assembleia Geral, foi constituída a Tentos S.A. Crédito, Financiamento e Investimento ("TentosCap"), com capital inicial de 15.000 (quinze milhões de reais). A instituição foi aprovada para funcionamento pelo Banco Central do Brasil no dia 16 de junho de 2021, conforme publicação feita no Diário Oficial da União.

A TentosCap tem por natureza do negócio ofertar operações de crédito mediante aplicação de recursos próprios. Neste último exercício de atuação, suas atividades operacionais concentraram-se na oferta dos produtos Capital de Giro, Antecipação de Recebíveis, Crédito Consignado Privado, Empréstimo Pessoal e, como novidade, no lançamento do Cartão de Crédito com prazo safra.

Em uma avaliação retrospectiva, depreende-se o progressivo avanço da instituição, a partir da expansão de mercado, ampliação de sua estrutura operacional e de capital e investimento em inovação e desenvolvimento. Ampliou consideravelmente o seu ativo, suas receitas e sua carteira no período, contando com grande incentivo da administração para o crescimento.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, que incluem as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, Lei do Sistema Financeiro Nacional (nº 4.595/1964) e normas e instruções do Conselho Monetário Nacional - CMN, do Banco Central do Brasil - Bacen e da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, quando aplicável. Com intuito de reduzir gradualmente a assimetria da divulgação das demonstrações financeiras entre o padrão contábil previsto no Cosif em relação às normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), o Banco Central através da Resolução CMN nº 4.818/2020, regulamentou novos procedimentos para elaboração e divulgação das demonstrações financeiras e através da Resolução BCB nº 2/2020 estabeleceu as diretrizes que passaram ser aplicadas a partir de 01/01/2021, de maneira prospectiva.

Na elaboração das demonstrações financeiras foram utilizadas estimativas e premissas na determinação dos montantes de certos ativos, passivos, receitas e despesas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. As principais operações e avaliações significativamente impactadas por estimativas são: provisões de perdas esperadas associadas ao risco de crédito, provisão para passivos cíveis e tributários, valor justo dos instrumentos financeiros, impostos diferidos e vida útil do ativo imobilizado e intangível.

3. Principais critérios contábeis adotados

a) Receitas e despesas

As receitas e despesas, bem como os direitos e obrigações, são reconhecidos e apropriados pelo regime de competência.

b) Disponibilidades

Conforme normas vigentes do CMN inclui dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

c) Títulos e valores mobiliários

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas ao custo de aplicação, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável.

d) Operações de Crédito

As operações de crédito estão com seus valores atualizados e expressos pelo valor principal, acrescidos dos rendimentos e encargos decorridos até a data do balanço patrimonial. As rendas de operações ativas são apropriadas de forma "pro rata" dia. As operações prefixadas são registradas pelo valor de resgate reduzido pelos encargos a apropriar. As operações de crédito são classificadas nos respectivos níveis de risco, observando-se os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/1999 do CMN, a qual requer a classificação da carteira em nove níveis, sendo "AA" risco mínimo e "H" risco máximo. Ainda devem ser considerados os períodos de atrasos definidos conforme Resolução nº 2.682/1999 do CMN, para atribuições dos níveis de classificação dos clientes. As rendas de operações de crédito vencidas a mais de 60 dias são reconhecidas como receitas quando do seu efetivo recebimento, como determinado no artigo 9º da Resolução nº 2.682/1999 do CMN.

e) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Esta provisão está constituída com base nos critérios de classificação das operações de crédito definidos pela Resolução nº 2.682/1999 do CMN e legislação complementar, conforme nota explicativa nº 6.

f) Imposto de Renda e Contribuição Social

Foi constituída obrigação fiscal para pagamento do Imposto de Renda à alíquota-base de 15% sobre o lucro ajustado por adições e exclusões previstas na legislação fiscal, mais o adicional de 10%, para o lucro ajustado acima de R\$ 240 (duzentos e quarenta mil reais) anual. A Contribuição Social foi calculada sobre o lucro ajustado antes do Imposto de Renda, na forma da legislação, à alíquota de 15%.

g) Resultados recorrentes e não recorrentes

A classificação em recorrente e não recorrente é apresentada de forma segregada e obedece à Resolução BCB nº 2/2020. Resultado recorrente é aquele que está relacionado com as atividades da Financeira ocorridas com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto o resultado não recorrente é aquele resultante de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com tendência de não se repetir no futuro. A avaliação para resultado não recorrente é realizada a cada semestre e em caso de ter algum evento será destacado em nota explicativa.

h) Partes Relacionadas

A divulgação de informações sobre as partes relacionadas é efetuada em consonância com as orientações da Resolução BCB nº 2 de 12 de agosto de 2020, que determinam a adoção do Pronunciamento Técnico - CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas.

i) Utilização de Estimativas

Para a preparação das demonstrações financeiras ao viés das técnicas contábeis, demanda que a Administração faça uma previsão quanto ao valor de itens que considera as melhores evidências disponíveis e determine valores estimados e suposições que possam afetar alguns valores apresentados nas demonstrações e nas notas explicativas às demonstrações financeiras. Assim, os resultados efetivos poderão ser díspares de tais estimativas.

4. Disponibilidades

Os valores em disponibilidades estão concentrados em contas correntes de Bancos Comerciais.

	30/06/2024	31/12/2023
Depósitos bancários	1.281	73
Aplicações de liquidez imediata	334	323
Disponibilidades totais	1.615	396

5. Títulos e valores mobiliários

Os valores de títulos e valores mobiliários estão aplicados em Cotas de Fundos de Investimentos.

	30/06/2024	31/12/2023
Cotas de fundos de investimentos	15.206	17.968
Títulos e valores mobiliários	15.206	17.968

6. Operações de crédito

As operações de crédito estão demonstradas contabilmente por nível de risco, vencimento, ramo de atividade e sua provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, de acordo com a Resolução BACEN nº 2.682/99, conforme segue:

6.1 Segregação das operações de crédito entre curto e longo prazo

	30/06/2024			31/12/2023		
	Curto prazo	Longo Prazo	Total	Curto prazo	Longo Prazo	Total
Capital de giro	114.645	13.697	128.342	102.205	10.046	112.251
Crédito pessoal consignado*	413	-	413	278	-	278
Crédito pessoal	262	29	291	169	-	169
Total da carteira de crédito	115.320	13.726	129.046	102.652	10.046	112.698
(-) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(3.449)	(419)	(3.868)	(3.872)	(807)	(4.679)
Operações de crédito	111.871	13.307	125.178	98.780	9.239	108.019

(*) A Tentoscap possuía operações de Crédito Pessoal Consignado junto a funcionários da Três Tentos Agroindustrial S.A. (Controladora Indireta), no montante de R\$ 412 (quatrocentos e doze mil reais) em 30 de junho de 2024 e R\$ 263 (duzentos e sessenta e três mil) em 31 de dezembro de 2023 (Nota 13).

6.2 Classificação por tipo de operação e prazo de vencimento

	A Vencer				30/06/2024
	Vencidas	em até 3 meses	de 3 a 12 meses	de 1 a 3 anos	Total
Capital de giro	19.681	3.056	91.908	13.697	128.342
Crédito pessoal consignado	-	132	281	-	413
Crédito pessoal	-	78	184	29	291
Total da carteira de crédito	19.681	3.266	92.373	13.726	129.046
(-) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(1.357)	(31)	(2.061)	(419)	(3.868)
Operações de crédito	18.324	3.235	90.312	13.307	125.178
% de operações por vencimento	15%	2%	72%	11%	100%

	A Vencer				31/12/2023
	Vencidas	em até 3 meses	de 3 a 12 meses	de 1 a 3 anos	Total
Capital de giro	4.181	11.171	86.853	10.046	112.251
Crédito pessoal consignado	1	106	171	-	278
Crédito pessoal	-	122	47	-	169
Total da carteira de crédito	4.182	11.399	87.071	10.046	112.698
(-) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(1.895)	(352)	(1.625)	(807)	(4.679)
Operações de crédito	2.287	11.047	85.446	9.239	108.019
% de operações por vencimento	2%	10%	79%	9%	100%

6.3 Distribuição da carteira de crédito por setor de atividade e concentração por clientes

	30/06/2024		31/12/2023	
	Saldo	%	Saldo	%
Pessoas físicas	124.955	97%	108.936	97%
Pessoas jurídicas	4.091	3%	3.762	3%
Setor privado	129.046	100%	112.698	100%

	30/06/2024		31/12/2023	
	Saldo	%	Saldo	%
Maior cliente	8.293	6%	3.762	3%
10 seguintes maiores clientes	37.017	29%	27.531	25%
20 seguintes maiores clientes	29.915	23%	27.135	24%
50 seguintes maiores clientes	31.344	24%	31.825	28%
100 seguintes maiores clientes	20.195	16%	19.750	18%
Demais clientes	2.282	2%	2.695	2%
Total da carteira de crédito	129.046	100%	112.698	100%

6.4 Composição por tipo de operação e nível de risco

	A	B	C	D	E	F	H	30/06/2024	
								Total	%
Capital de giro	47.320	57.822	18.633	275	-	3.659	633	128.342	103%
Crédito pessoal consignado	413	-	-	-	-	-	-	413	0%
Crédito pessoal	154	137	-	-	-	-	-	291	0%
Total da carteira de crédito	47.887	57.959	18.633	275	-	3.659	633	129.046	103%
(-) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(239)	(580)	(559)	(28)	-	(1.829)	(633)	(3.868)	-3%
Operações de crédito	47.648	57.379	18.074	247	-	1.830	-	125.178	100%
% de operações por rating	38%	46%	14%	0%	0%	2%	0%	100%	
								31/12/2023	
	A	B	C	D	E	F	H	Total	%
Capital de giro	21.196	57.577	26.440	3.002	77	2.168	1.791	112.251	104%
Crédito pessoal consignado	277	-	-	-	-	-	1	278	0%
Crédito pessoal	154	13	-	-	-	-	2	169	0%
Total da carteira de crédito	21.627	57.590	26.440	3.002	77	2.168	1.794	112.698	104%
(-) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(108)	(576)	(794)	(300)	(23)	(1.084)	(1.794)	(4.679)	-4%
Operações de crédito	21.519	57.014	25.646	2.702	54	1.084	-	108.019	100%
% de operações por rating	20%	53%	24%	2%	0%	1%	0%	100%	

6.5 Composição das perdas esperadas por percentuais de provisionamento por nível de risco

Nível de risco	Provisão %	30/06/2024		31/12/2023	
		Carteira de Crédito	Provisão	Carteira de Crédito	Provisão
A	0,50%	47.887	(239)	21.627	(108)
B	1,00%	57.959	(580)	57.590	(576)
C	3,00%	18.633	(559)	26.440	(794)
D	10,00%	275	(28)	3.002	(300)
E	30,00%	-	-	77	(23)
F	50,00%	3.659	(1.829)	2.168	(1.084)
H	100,00%	633	(633)	1.794	(1.794)
Operações de crédito		129.046	(3.868)	112.698	(4.679)

6.6 Movimentação das operações de crédito

As operações de crédito apresentaram a seguinte movimentação no período:

	2024	2023
Saldo inicial em 1º de janeiro	112.698	55.702
Créditos liberados	115.402	123.405
Créditos recebidos	(111.151)	(84.754)
Apropriação de rendas	13.891	18.656
Baixa para prejuízo	(1.794)	(311)
Saldo final	129.046	112.698

6.7 Movimentação da provisão por perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A provisão constituída para perdas esperadas associadas ao risco de crédito apresentou a seguinte movimentação no período:

	2024	2023
Saldo inicial em 1º de janeiro	(4.679)	(603)
Constituição de provisão para perdas esperadas	(4.560)	(7.133)
Reversão de provisão para perdas esperadas	3.577	2.746
Baixa para prejuízo	1.794	311
Saldo final	(3.868)	(4.679)

6.8 Composição das receitas de operações de crédito

	30/06/2024	%	30/06/2023	%
Capital de giro	13.535	99,4%	7.038	98,5%
Crédito pessoal consignado	63	0,4%	78	1,1%
Crédito pessoal	23	0,2%	32	0,4%
Receitas de operações de crédito	13.621	100%	7.148	100%

6.9 Movimentação das operações renegociadas

As operações de crédito renegociadas apresentaram a seguinte movimentação no período:

	2024	2023
Operações normais	125.882	106.773
Operações renegociadas	3.164	5.925
Saldo final normais	129.046	112.698
	2024	2023
Saldo inicial	5.925	1.613
Renegociações	2.868	5.406
Rendas apropriadas	502	357
Baixas para prejuízo	(302)	-
Liquidações	(5.829)	(1.451)
Saldo final	3.164	5.925

7. Ativos não financeiros mantidos para venda

Os ativos não financeiros mantidos para venda, refere-se a bens recebidos como liquidação total ou parcial de operações de créditos. Os saldos são compostos da seguinte forma:

	30/06/2024	31/12/2023
Máquinas e implementos agrícolas	1.260	913
Ativos não financeiros mantidos para venda	1.260	913

8. Ativo imobilizado

O ativo imobilizado está registrado pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. Não foram evidenciadas perdas no período, desta forma não se aplica a redução ao valor recuperável (*Impairment*). A depreciação dos ativos é calculada pelo método linear com base na vida útil. O ativo imobilizado apresentou a seguinte movimentação:

	Veículos	Total
Custo		
Saldo em 31/12/2022	188	188
Adições	304	304
Saldo em 31/12/2023	492	492
Adições	235	235
Saldo em 30/06/2024	727	727
Depreciação		
Saldo em 31/12/2022	(9)	(9)
Depreciações	(63)	(63)
Saldo em 31/12/2023	(72)	(72)
Depreciações	(59)	(59)
Saldo em 30/06/2024	(131)	(131)
Valor residual		
Saldo em 31/12/2022	179	179
Saldo em 31/12/2023	420	420
Saldo em 30/06/2024	596	596

9. Ativo intangível

O ativo intangível da instituição é composto pelo registro da marca da Instituição e seus softwares. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não devem ser amortizados. A Companhia testa a perda de valor desses ativos comparando o seu valor recuperável com o seu valor contábil, de acordo com orientação CPC 04 Item 107.

	Marcas e Registros	Softwares em Desenvolvimento	Total
Custo			
Saldo em 31/12/2022	66	-	66
Adições	-	718	718
Saldo em 31/12/2023	66	718	784
Adições	-	250	250
Saldo em 30/06/2024	66	968	1.034

10. Direito de uso em arrendamento

Os contratos reconhecidos na data base, têm por objeto a utilização dos sistemas utilizados na administração e gerenciamento das suas rotinas operacionais.

A composição e movimentação dos ativos de direito de uso durante o período de 2024, estão abaixo apresentadas:

	Direito de uso arrendamentos
Em 1º de janeiro de 2023	-
Adições de contratos e remensuração do direito de uso	412
(-) Amortização do ativo de direito de uso	(127)
Em 31 de dezembro de 2023	285
Adições de contratos e remensuração do direito de uso	3
(-) Amortização do ativo de direito de uso	(192)
Em 30 de junho de 2024	96

A movimentação dos passivos de arrendamentos durante o período de 2024 estão abaixo apresentadas:

	Passivo de arrendamento
Em 1º de janeiro de 2023	-
Adições de contratos e remensuração do passivo de arrendamento	412
Realização do AVP sobre passivo de arrendamentos	4
(-) Pagamentos	(171)
Em 31 de dezembro de 2023	245
Adições de contratos e remensuração do passivo de arrendamento	3
Realização do AVP sobre passivo de arrendamentos	16
(-) Pagamentos	(207)
Em 30 de junho de 2024	57

11. Depósitos

Os ativos captados consistem em títulos pré-fixados, com taxas já identificadas no momento do investimento, que variam de 8% a 10% ao ano e taxas pós-fixadas atreladas ao indicador CDI, com remuneração entre 85% e 115%. Os vencimentos ocorrem entre julho de 2024 e setembro de 2025.

11.1 Depósitos a prazo

	Vencimentos	Taxa média	A vencer			30/06/2024	
			em até 3 meses	de 3 a 12 meses	de 1 a 3 anos	Total	%
CDB	jul/24 a nov/24	11,34% a.a.	18.776	4.050	-	22.826	28%
CDB partes relacionadas (NE 13)	jul/24	11,44% a.a.	1.264	-	-	1.264	1%
Letras do agronegócio	jul/24 a set/25	10,05% a.a.	332	48.783	8.641	57.756	71%
Depósitos a prazo			20.372	52.833	8.641	81.846	100%

Circulante **73.205**

Não circulante **8.641**

	Vencimentos	Taxa média	A vencer			31/12/2023	
			em até 3 meses	de 3 a 12 meses	de 1 a 3 anos	Total	%
CDB	jan/24 a jul/24	13,08% a.a.	2.053	20	-	2.073	2%
Letras do agronegócio	mar/24 a set/25	11,22% a.a.	2.052	76.216	13.001	91.269	98%
Depósitos a prazo			4.105	76.236	13.001	93.342	100%

Circulante **80.341**

Não circulante **13.001**

11.2 Depósitos interfinanceiros

	Vencimentos	Taxa média	A vencer			30/06/2024	
			em até 3 meses	de 3 a 12 meses	de 1 a 3 anos	Total	%
CDI	jul/24	10,94% a.a.	5.012	-	-	5.012	100%
Depósitos interfinanceiros			5.012	-	-	5.012	100%

Circulante **5.012**

Não circulante **-**

11.3 Movimentação registrada para os depósitos

	2024	2023
Em 1º de janeiro	93.342	39.708
Captações no mercado	93.966	112.870
Apropriação de juros	4.655	7.772
Resgates do período	(105.120)	(66.977)
Deságios do período	-	(11)
Outras despesas (reversões) de captação	15	(20)
Saldo Final	86.858	93.342

12. Outras obrigações

O montante de R\$ 1.887 no período atual representa, principalmente, as obrigações oriundas dos serviços utilizados na manutenção das atividades da Instituição, tais como os salários e demais encargos referentes a folha de pagamento, os tributos incidentes sobre as operações, fornecedores diversos.

	30/06/2024	31/12/2023
IRPJ a recolher	417	467
CSLL a recolher	305	352
PIS e COFINS a recolher	96	38
PIS, COFINS e CSLL retidos a recolher	94	31
ISS a recolher	50	15
Outros Impostos	23	9
Obrigações fiscais	985	912
Salários a pagar	210	147
Tributos sobre salários a pagar	66	114
Provisão de férias a pagar	169	154
Provisão de 13º salários a pagar	50	-
Programa de participação nos resultados	-	280
Obrigações sociais e trabalhistas	495	695
Fornecedores diversos	178	163
Outros passivos	229	143
Outros passivos	407	306
Outros passivos	1.887	1.913

13. Partes relacionadas

A Companhia possui obrigações junto a parte relacionada Tentos Promotora de Vendas LTDA., Tentos Corretora de Seguros LTDA e Três Tentos Agroindustrial S.A., que atuam como um correspondente bancária da TentosCap, intermediando as operações de crédito.

	Balanco patrimonial			
	30/06/2024		31/12/2023	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Partes relacionadas	-	6.187	204	2.010
Operações de crédito (NE 6)*	412	-	263	-
Depósitos (NE 11)	-	1.264	-	-
Total	412	7.451	467	2.010

(*) A Tentoscap possuía operações de Crédito Pessoal Consignado junto a funcionários da Três Tentos Agroindustrial S.A. (Controladora Indireta), no montante de R\$ 412 (quatrocentos e doze mil reais) em 30 de junho de 2024 e R\$ 263 (duzentos e sessenta e três mil) em 31 de dezembro de 2023 (Nota 6).

	Balanco patrimonial			
	30/06/2024		31/12/2023	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Tentos Promotora de Vendas LTDA.	-	3.447	-	995
Três Tentos Agroindustrial S.A.	412	3.146	263	1.015
Tentos Corretora de Seguros LTDA.	-	858	204	-
Total	412	7.451	467	2.010

	Demonstração do resultado			
	30/06/2024		30/06/2023	
	Receitas	Despesas	Receitas	Despesas
Tentos Promotora de Vendas LTDA. (NE 15)	-	2.220	-	751
Três Tentos Agroindustrial S.A. (NE 15)	-	2.181	-	-
Total	-	4.401	-	751

14. Patrimônio líquido

Capital Social: o capital social subscrito e integralizado é de 50.000 (cinquenta milhões de reais), divididos em 50.000.000 de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Lucros ou Prejuízos Acumulados: a instituição apresentou R\$ 743 (setecentos e quarenta e três mil reais) de lucros acumulados.

Dividendos: conforme estatuto social da Instituição, o dividendo mínimo obrigatório não deverá ser inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado.

15. Outras receitas (despesas) por função e natureza

Demonstrativo das despesas e receitas por função e natureza conforme CPC 26 (R1):

	30/06/2024	30/06/2023
Por função	(6.701)	(2.372)
Receita de prestação de serviços	1.371	856
Despesas administrativas	(5.821)	(1.770)
Despesas com pessoal	(1.185)	(852)
Despesas tributárias	(566)	(287)
Outras receitas (despesas) operacionais	(500)	(319)
Por natureza	(6.701)	(2.372)
Correspondentes bancários (NE 13)	(4.401)	(751)
Despesas com pessoal	(1.155)	(840)
Despesas tributárias	(566)	(287)
Serviços de terceiros	(458)	(278)
Outras despesas administrativas	(678)	(147)
Manutenção de software	(334)	(521)
Licenças e consultas ao sistema financeiro	(302)	(322)
Amortização direito de uso	(192)	-
Depreciação de veículos	(59)	(19)
Despesas com marketing	(39)	(54)
Despesas com viagens	(17)	(13)
Programa de participação nos resultados	(13)	-
Receita com confecção de cadastro	1.371	856
Outras receitas (despesas) operacionais	142	4

16. Demonstração do cálculo do Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o lucro.

A instituição está sujeita ao regime de tributação do Lucro Real anual e procede ao pagamento mensal do Imposto de Renda e Contribuição Social.

	30/06/2024	30/06/2023
Lucro antes do IRPJ e CSLL	2.308	1.262
Adições	1.021	753
(Exclusões)	(208)	(5)
Base de Cálculo	3.121	2.010
IRPJ à alíquota de 15%	(468)	(302)
IRPJ à alíquota de 10% sobre adicional	(300)	(188)
CSLL à alíquota de 15%	(468)	(302)
IRPJ e CSLL às alíquotas vigentes	(1.236)	(792)

O imposto de renda e contribuição social diferidos em 30 de junho de 2024 refere-se a:

	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Provisão para perdas com operações de crédito	1.711	1.755
Outras diferenças temporárias	20	19
Total dos ativos fiscais diferido	1.731	1.774
Imposto de Renda	1.082	1.109
Contribuição Social	649	665

A movimentação do ativo fiscal diferido está representada a seguir:

Em 31 de dezembro de 2022	<u>-</u>
Constituição através de diferenças temporárias	301
Em 30 de junho de 2023	301
Constituição através de diferenças temporárias	1.473
Em 31 de dezembro de 2023	1.774
Reversão através de diferenças temporárias	(301)
Constituição através de diferenças temporárias	258
Em 30 de junho de 2024	1.731

17. GERENCIAMENTO DE RISCO

A estrutura de gerenciamento de riscos da TentosCap atende às exigências regulatórias e é compatível com seu porte e apetite ao risco, conforme disposto abaixo.

Risco de crédito

Em linha com a definição utilizada pelo Banco Central do Brasil, define-se risco de crédito como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento de obrigações financeiras pela contraparte, nos termos pactuados, bem como eventual desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, redução de ganhos ou remunerações, vantagens concedidas na renegociação ou custos de recuperação. Para tanto, a TentosCap desenvolveu e aplica métodos criteriosos de análise do risco de crédito compatíveis com a natureza das operações, complexidade dos produtos e dimensão da exposição ao risco de crédito da Instituição.

Risco de liquidez

Alinhada com a definição dada pela regulação, os riscos de liquidez podem ser definidos como a possibilidade de ocorrência de um descasamento entre os fluxos de pagamento e de

recebimento, gerando, desse modo, incapacidade de a instituição honrar seus compromissos financeiros ou a possibilidade de negociação de uma posição a preço de mercado.

Nessa linha, a gestão do risco de liquidez pela TentosCap consiste em um conjunto de processos que visam garantir a capacidade de pagamento da instituição, considerando o planejamento financeiro, os limites de risco e a otimização na utilização dos recursos disponíveis.

Risco operacional

Os riscos operacionais podem ser definidos como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas ou de eventos externos, incluindo fraudes, ações judiciais e concretização de riscos legais.

A TentosCap possui diferentes níveis de controles internos que monitoram todas as atividades geradoras de riscos. São feitas avaliações periódicas com o objetivo de identificar novos riscos inerentes aos processos, bem como verificar a eficácia dos controles em uso. Com base nos resultados dessas avaliações periódicas, planos de ação são definidos para mitigar os riscos identificados, gerando novos controles ou melhorando os já existentes.

Riscos sociais, ambientais e climáticos

Em conformidade com a Resolução 4.557/17, define-se:

- a) **Risco Social:** “possibilidade de ocorrência de perdas para a instituição ocasionadas por eventos associados à violação de direitos e garantias fundamentais ou a atos lesivos a interesse comum.”
- b) **Risco Climático:** possibilidade de ocorrência de perdas para a instituição ocasionadas por eventos associados ao processo de transição para uma economia de baixo carbono, ou a possibilidade de ocorrência de perdas para a instituição ocasionadas por eventos associados a intempéries frequentes e severas ou a alterações ambientais de longo prazo.
- c) **Risco Ambiental:** “possibilidade de ocorrência de perdas para a instituição ocasionadas por eventos associados à degradação do meio ambiente, incluindo o uso excessivo de recursos naturais.”

Tais riscos associados às instituições financeiras, por sua vez, são, em sua maioria, indiretos, reflexo das relações de negócios estabelecidas com clientes responsáveis por danos socioambientais. Para mitigar esse risco, todas as operações de crédito passam por análise criteriosa de indícios, que mitigam sua probabilidade de materialização.

Risco de segurança cibernética

A possibilidade de ocorrência de incidente de segurança relacionado ao ambiente cibernético que cause danos ou coloque em risco a confidencialidade, a integridade ou a disponibilidade dos dados da TentosCap ou por ela controlados está devidamente monitorada e controlada. A instituição adota diversos mecanismos de controle, dispostos em sua Política de Segurança Cibernética, que mitigam satisfatoriamente o risco.

Gestão de capital

A estrutura de gerenciamento de capital da TentosCap utiliza mecanismos que possibilitam a identificação e avaliação dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive aqueles não cobertos pelo Patrimônio de Referência Exigido, avaliação da necessidade de capital e otimização do uso do capital e a antecipação das necessidades futuras de aumento de capital para sustentar os objetivos estratégicos.

Risco de mercado

Define-se como risco de mercado, nos termos da Resolução 4.557/17, como a “possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição.” É mensurado, ainda, a partir do cálculo do Risco de mercado da carteira de negociação e da mensuração do IRRBB.

O risco de mercado da carteira de negociação consiste na possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos ali classificados. Este risco, portanto, associa-se a potenciais prejuízos decorrentes de fatores como variação das taxas de juros, variação cambial, variação de índices econômicos e variação de preços de mercadorias, tais como commodities.

A carteira de negociação é formada pelos instrumentos, inclusive derivativos, detidos com intenção de negociação ou destinados a hedge de outros elementos da carteira de negociação, e que não estejam sujeitos à limitação da sua negociabilidade.

O IRRBB, por sua vez, é definido como o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição financeira, para os instrumentos classificados na carteira bancária. É calculado por abordagem padronizada, levando em consideração um cenário de choque nas taxas de juros.

As medidas de mitigação do risco de mercado, atendendo ao grau de exposição da instituição, têm como base a diversificação dos produtos das carteiras ativa e passiva, bem como o estabelecimento de spreads mínimos pretendidos para cada produto, considerando as taxas de juros cobradas nas concessões de crédito e as taxas juros praticadas na captação de recursos, objetivando manter o equilíbrio na relação entre risco e retorno.

Limite operacional (Basileia)

A Instituição optou pela metodologia disposta na Resolução 4.958/21 para apuração do requerimento mínimo de Patrimônio de Referência, consistente no somatório de três itens: Capital Principal, Capital Complementar e Capital de Nível II. Em 30 de junho de 2024 o Patrimônio de Referência da financeira era de R\$ 50.869 (cinquenta milhões oitocentos e sessenta e nove mil reais). Ela encontra-se enquadrada nos limites mínimos de capital e patrimônio compatível com o grau de risco da estrutura dos ativos, conforme normas vigentes do Banco Central do Brasil. O Índice de Basileia da TentosCap em 30 junho de 2024 estava em 44% (30% em 31 de dezembro de 2023).

18. Plano de Implementação da Resolução 4966/2021

A Resolução CMN nº 4.966/2021, estabeleceu os conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge), harmonizando os critérios contábeis do COSIF para os requerimentos da norma internacional IFRS 9 a partir de 1º de janeiro de 2025.

Dentre as principais mudanças está a classificação de instrumentos financeiros conforme critérios relativos a modelos de negócios, reconhecimento de juros em caso de atraso, cálculo da taxa efetiva contratual, baixa a prejuízo e reconhecimento da provisão e classificação das operações com problema de crédito.

A Lei nº 14.467/2022 altera, a partir da sua vigência, o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das Instituições financeiras e demais autorizadas a funcionar pelo BACEN. A principal alteração está na dedução das perdas incorridas na determinação do Lucro Real e da base de cálculo da CSLL.

Tanto a Lei 14.467/2022 quanto a Resolução 4966/2021 entrarão em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025. A adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021, e de outros normativos que são correlacionados, inclusive a reformulação do elenco de contas do COSIF, estão contidas no Plano de Implementação da Instituição.

O Plano de Implementação do referido normativo está segregado em três linhas principais: Constituição de fóruns e comitês compostos por diversos níveis hierárquicos dedicados a definição e acompanhamento da implementação; Mapeamento dos impactos e implementação das mudanças nos processos e sistemas; e Revisão e atualização dos modelos e critérios utilizados nas estimativas contábeis.

O cronograma do Plano de Implementação foi definido tendo como premissa a divisão do trabalho conforme os tópicos a serem implementados, em atividades a serem cumpridas que vão desde o início de 2023 até o final de 2024, sendo que ainda depende de normas complementares a serem emitidas pelo BACEN para adoção de critérios e metodologias opcionais. Os impactos nas Demonstrações Financeiras serão divulgados mais adiante, após a definição completa do arcabouço regulatório por parte do Banco Central do Brasil.